

PRÁTICAS DA LETRA, UNIVERSIDADE E POVOS INDÍGENAS: ENSAIO DE UM LABORATÓRIO INTERCULTURAL

DOI: <https://doi.org/10.29327/210932.1.1-4>

Maria Ines de Almeida
Universidade Federal do Acre
crenac@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6897-718X>

RESUMO: Este ensaio pretende ser uma breve reflexão sobre um processo em curso nos últimos dois anos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, decorrente de um esforço coletivo na implantação de um grupo transdisciplinar de pesquisas denominado Laboratório de Interculturalidade (LaBinter). O objetivo mais geral desse laboratório é desenvolver o conceito de “escola indígena”, em suas implicações éticas e estéticas, através de pesquisas sobre, com e através das escolas situadas nas aldeias indígenas do Acre. O pensamento coletivo que se apresenta aqui, com o intuito de registrar sinteticamente o movimento teórico e metodológico em questão, também quer chamar a atenção para o potencial enriquecimento da área de Letras na UFAC no seu envolvimento com as comunidades indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Escola indígena. Laboratório. Transdisciplinaridade. Interculturalidade.

PRÁCTICAS DE LETRAS, UNIVERSIDAD Y PUEBLOS INDÍGENAS: UN ENSAYO DE UN LABORATORIO INTERCULTURAL

RESUMEN: Este ensayo pretende ser una breve reflexión sobre un proceso en curso en los últimos dos años, en el ámbito del Programa de Posgrado en Letras: Lenguaje e Identidad, resultado de un esfuerzo colectivo en la implementación de un grupo de investigación transdisciplinario, denominado Laboratorio de Interculturalidad (LaBinter). El objetivo más general de este laboratorio es desarrollar el concepto de “escuela indígena”, en sus implicaciones éticas y estéticas, a través de investigaciones sobre, con y a través de las escuelas ubicadas en los pueblos indígenas de Acre. El pensamiento colectivo que aquí se presenta, con el objetivo de registrar sintéticamente el movimiento teórico y metodológico en cuestión, también quiere llamar la atención sobre el potencial de enriquecimiento del área de Letras de la UFAC en su vinculación con las comunidades indígenas.

PALABRAS-CLAVE: Escuela indígena. Laboratorio. Transdisciplinariedad. Interculturalidad.



INTRODUÇÃO

Além do interesse científico e pedagógico em se articular a Universidade com as comunidades indígenas em investigações e experiências literárias e tradutórias, temos observado na Universidade Federal do Acre, nos últimos anos, a expressão de uma crescente demanda de apoio à formação de professores indígenas, à articulação e ao desenvolvimento de pesquisas sobre a leitura, a escrita e as diversas traduções, visando ao fortalecimento das línguas originárias da região amazônica. Partindo do princípio de que os povos indígenas constituem importante matriz cultural no Acre – e a Universidade necessita evidentemente estreitar e aprofundar seus laços com a diversidade de imagens, vozes, linguagens, que essas fontes matriciais oferecem – pesquisas com os povos indígenas podem proporcionar um fértil campo de diálogo intercultural, nas diversas áreas do conhecimento. Estudantes universitários, apoiando os professores indígenas em formação, em seus estudos e pesquisas, terão a oportunidade de fazer seus conhecimentos científicos, baseados na escrita alfabética, dialogarem com os transmitidos oralmente por sucessivas gerações de habitantes da floresta.

Além do diálogo intercultural, atividades de pesquisa, ensino e extensão, envolvendo os educadores indígenas, empenhados na melhoria da qualidade da sua educação escolar e na produção de suas literaturas, levariam certamente à adoção de perspectivas transdisciplinares, uma vez que a educação escolar específica e diferenciada de cada etnia tem por princípio a ancoragem nas respectivas mitologias, o que faz supor que nelas as áreas do conhecimento se imbricam. Por transdisciplinar entende-se a configuração de um campo de estudos em que mais de uma área concorrem para produzir conhecimentos que se colocam aquém e além das disciplinas estabelecidas, atravessando-as e trespassando seus limites. Sabemos, como se depreende das etnografias realizadas junto aos povos indígenas, que o mito pensa o mundo em rede. Além de transpassar as fronteiras disciplinares, as escolas indígenas bilíngues têm propiciado aos pesquisadores oportunidades de experimentar, ou pensar sobre, a lógica perspectivista dos povos amazônicos. A floresta requer de seus pesquisadores que eles transcendam certa racionalidade, passando a perceber melhor o ambiente, recebendo seus ensinamentos com os sentidos do corpo, escutando e vendo o que a floresta (com suas gentes) manifesta. A errância e as pulsões que levam o sujeito a seus movimentos são tão importantes nessa outra lógica quanto os dados e convenções científicas. Lévi-Strauss, ao deixar sua obra se levar pela cadência dos mitos ameríndios, imprimindo às *Mitológicas* um sentido musical, nos lembra o quanto o mito, o canto e a poesia se impõem como luzes para as ciências.

Com tais pressupostos gerais, em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da UFAC (PPGLI), iniciamos a implantação de um laboratório de pesquisas transdisciplinares e interculturais, com um grupo bastante heterogêneo de pesquisadores e educadores indígenas e não indígenas. O chamado Laboratório de Interculturalidade – LaBinter¹, foi criado como um espaço de articulação e desenvolvimento

1 A grafia da sigla LaBinter, com letras maiúsculas forjando um certo deslocamento a tensionar a leitura, quando o esperado seria enfatizar as iniciais dos dois termos substantivos da expressão Laboratório de Interculturalidade, quer chamar a atenção para o fato de que a prática da letra

de estudos e experiências linguísticas, literárias e artísticas, com participação ativa dos ali denominados educadores sociambientais (professores, agentes de saúde, de saneamento, agroflorestais, artistas) dos 15 povos que atualmente vivem nas 36 terras indígenas do Acre². Pesquisadores indígenas e não-indígenas, com variados níveis de escolaridade e de domínio da língua portuguesa e da escrita, de diversas etnias e filiações institucionais, de diferentes áreas do conhecimento, passamos a dialogar e a pensar a estrutura rizomática de nossa constituição enquanto grupo, enquanto escola, enquanto universidade. O desenho fractal e caleidoscópico (Cf. <https://labintercult.org>) acabou por representar tanto o LaBinter quanto a “escola indígena”. E este se tornou um significante mestre³ para nosso laboratório; evidentemente, um termo emprestado da Psicanálise para designar aquilo que, em nossas pesquisas, poderá vir a ser compreendido. Tornando-se inicial na cadeia significante, “escola indígena” não seria, pois, sentido como resultante de entendimentos progressos, por caminhos já trilhados, mas como uma investigação aberta. O termo “escola indígena” é teorizado no LaBinter como uma sulcagem na superfície da cultura, fazendo atrito, de forma que algo venha a se inscrever/escrever. É neste sentido que a escola indígena equivale, para nós, à “prática da letra”. Quando optamos por designar os movimentos do LaBinter como “prática da letra”, a conotação pretendida é justamente a literal: experiência da escrita. Um ensino/pesquisa/extensão que implique o sujeito no ato, de forma que o exercício no espaço-tempo da oficina, seja tarefa de todos os membros do grupo. Os saberes trespassando os movimentos e os produtos provocando textualidades. O livro, o filme, o disco, o podcast, a *live*, todas as formas e mídias textuais como um *work in progress* infinito. Daí que o *ciberespaço* coube muito bem ao laboratório.

Através de pesquisas e de oficinas de registros, tradução, produção e edição, os professores indígenas, os pesquisadores e estudantes envolvidos, estamos investigando como se dão as trocas simbólicas e textuais, no contexto intercultural e transdisciplinar proporcionado pela “escola indígena”. Com sua força conceitual, portanto, “escola indígena” está se tornando cada vez mais o objeto que motiva esse laboratório em processo: espaço-tempo de pesquisas, de práticas de leitura e escrita, de múltiplas linguagens, variadas formas de transmissão de conhecimento, diversas práticas tradutórias. Na prática, no campo universitário, abrem-se possibilidades para uma produção literária (no sentido amplo; envolvendo as poéticas verbais, audiovisuais, visuais e sonoras; as literaturas científicas; todas as linguagens e formas de escrita) que provavelmente servirá à formação de docentes na área de Letras, com ênfase na leitura e escrita das línguas indígenas das três grandes famílias acreanas: Pano (Kaxinawá, Yawanawá, Jaminawa, Katukina, Puyanawa, Shanenawa, Apolima-Arara, Shawãdawa, Kuntanawa, Nawa, Nukini, Tsapanawa); Aruak (Manchineri, Ashaninka) e Arawá (Madiha); bem como em suas traduções. O LaBinter facilitaria a abertura do Programa de Pós-Graduação em Letras:

jamais é banal, mesmo quando inconsciente.

2 No Acre, existe atualmente uma população aproximada de 17 mil indígenas vivendo em cerca de 200 aldeias, distribuídas em 36 terras indígenas reconhecidas, com uma superfície estimada em 2.439.982 hectares, o que equivale a 16% da extensão do Estado. Localizadas nas bacias dos rios Juruá e Purus (In: <http://cpiacre.org.br/conteudo/povos-e-terras-indigenas/>)

3 Em sua álgebra, Lacan faz a notação do significante mestre como S1; assim como S2 seria a cadeia significante.

Linguagem e Identidade aos professores indígenas e, mais amplamente, do CELA, como efeito desejado da política universitária de atendimento às demandas sociais.

Para contribuir com a formação de pensadores e profissionais capazes de enfrentar um dos principais obstáculos à boa qualidade do ensino no Acre, que vem a ser justamente a dificuldade das relações interculturais, imposta sobretudo pelas barreiras linguísticas e religiosas de uma região marcada pela diversidade étnica, as atividades experimentais do LaBinter se dão em sentidos variados, mas orientados pela escola indígena: desenvolvimento de estudos e práticas sobre a interculturalidade e a transdisciplinaridade, com a participação de grupos de pesquisa nacionais e internacionais interessados na Amazônia e nos povos indígenas; formação de docentes capazes de assumir a condução de projetos de ensino; fortalecimento das línguas indígenas, com a valorização de suas artes e ciências; produção de material didático em línguas indígena... Sabemos que a educação intercultural e bilíngue é uma modalidade definida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), mas, que, no entanto, a despeito da experiência de vanguarda da Comissão Pró-Índio do Acre entre os anos 1980-90, ainda não encontrou no Acre as condições reais para seu desenvolvimento. E a condição fundamental para a interculturalidade acontecer de fato na escola é a formação adequada dos professores, numa perspectiva transdisciplinar, por isso há necessidade de se desenvolver mais pesquisas que aprofundem tais conceitos. Um laboratório de pesquisas ligado a um programa de estudos pós-graduados de linguagens e identidades, necessariamente, se inclina à transdisciplinaridade, na medida em que a linguagem é uma noção muito mais ampla que a língua (ou seja, a área de Letras deverá encampar outras linguagens) e a identidade só pode ser pensada a partir da diferença (sem atrito não há conhecimento e o sujeito se constitui a partir da alteridade). Assim, não é a especialização que é visada em estudos pós-graduados de tal natureza, mas a ampliação da comunidade textual. Se Babel é o mito bíblico da diversidade linguística, o Jacaré que se fez ponte é o mito Pano para a tradução. Inclinando-se para a imagem da ponte, o LaBinter tem na leitura e na tradução os termos para essa transdisciplinaridade entre áreas do conhecimento, etnias e linguagens. Por diversas razões e circunstâncias, portanto, a Amazônia indígena propicia experiências transdisciplinares e interculturais de pesquisa, ensino e extensão, que muito acrescentam à universidade brasileira. Saberes médicos, filosóficos, musicais, literários, na forma como aparecem nos mitos (onde o saber não se vê por áreas), poderiam se reconfigurar, em diálogo com as formas racionais ou de tradição greco-latina. A interculturalidade e o bilinguismo, como princípios da escola indígena, devem se tornar objetos de pesquisa numa universidade que, afinal, forma profissionais do ensino para a região amazônica. Sabemos que sem estudos aprofundados e pesquisas metodológicas nenhuma ciência avança, ou seja, não é possível que uma escola indígena se faça delinear enquanto saber específico de cada povo, sem os jovens professores e mestres encontrarem condições e instrumentos para que registrem, traduzam e sistematizem saberes de suas respectivas tradições orais. Por esse envolvimento com as atividades nas aldeias, o LaBinter tem uma

dimensão extensionista importante. O trinômio pesquisa-extensão-ensino, numa perspectiva transdisciplinar, agrupando diversos níveis de formação escolar, diversas áreas do conhecimento e diversas culturas em fricção, produz uma universidade em permanente tensão entre o dentro e o fora: infra-intra-extra-muros. E nos diálogos interculturais decorrentes da extensão das pesquisas e do ensino universitário nas aldeias, cada pesquisador do LaBinter, com os aportes de sua área de conhecimento, é capaz de agenciar produções textuais, tecnologias de leitura e escrita, expressões artísticas, ciências. Certamente há uma complexa rede de variáveis a serem conhecidas e pensadas no contexto indígena. O grande desafio, em se tratando de universidade pública brasileira na atual conjuntura, é como nos instrumentalizar com os professores indígenas para que haja realmente um diálogo entre saberes tradicionais e científicos. Sem investimentos significativos do poder executivo federal, como ficam a experimentação, o registro das manifestações orais, a documentação e a reflexão, através de pesquisas de campo, oficinas e seminários, que seriam as bases para a produção, a edição e circulação textual, básicos para qualquer avanço científico na contemporaneidade?

Como um dos pontos de partida para a qualificação do grupo de pesquisadores reunidos no LaBinter, enquanto discípulos dessa “escola indígena” (lugar extraordinário onde se desaprende o Ocidente), na busca de focos estruturantes e aglutinadores para nosso trabalho, nos propomos a estudar e apoiar o projeto político-pedagógico das escolas Huni Kuin (Kaxinawá) elaborado nos últimos anos por seus professores (liderados pelo linguista Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá, em estágio pós-doutoral no Laboratório), com suas novas configurações curriculares, abolindo as disciplinas escolares baseadas nas ciências modernas ocidentais, num desenho circular baseado em saberes mitológicos. Uma das experiências mais significativas para o grupo, nesses dois anos de existência, foi a tentativa de compreensão da Base Estadual Curricular Comum Huni Kuin (BECCH), através da elaboração conjunta do *Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado de Magistério Intercultural Huni Kuin*, em parceria com o IFAC e prefeituras de Jordão e Marechal Thaumaturgo (Cf. https://labintercult.org/storage/arquivos/projeto_pedagogico_de_curso_tecnico_instituto_federal_do_acre.pdf).

Para afinar nossa escuta, o LaBinter realizou, em setembro de 2019, o primeiro *Seminário de Pesquisas da Escola Indígena*, com a reunião por uma semana de 90 pesquisadores: professores indígenas das 15 etnias do Acre e das 36 Terras Indígenas, além de pesquisadores não-indígenas ligados a diferentes instituições (UFAC, UFMG, UFPA, IFAC, FUNAI, Prefeitura Municipal do Jordão). Neste seminário (termo ressignificado com sua etimologia que leva a sementeira), cada professor indígena convidado veio depor sua prática da letra, sua experiência no ensino; dizer da escrita de sua língua na escola. Podemos afirmar que o seminário constituiu uma escuta capaz de reformular os termos da “escola indígena”, como aquela que trabalha a escrita da língua - projeto pedagógico de cada uma das escolas indígenas, em última instância. De qual língua estariam, portanto, tratando nas escolas? Quais línguas podem se entrever nas diferentes dicções? Mesmo

havendo famílias linguísticas diferentes, o que nos autorizaria a pensar em termos de “língua indígena”? Não seriam todas as pesquisas sobre línguas indígenas atravessadas pela questão do bilinguismo? Talvez pudéssemos, do mesmo modo que instituir como campo de pesquisas a “escola indígena”, também instituir a “língua indígena” como espaço contíguo. Ambas, língua e escola, não estão colocadas no LaBinter, além e no aquém do simbólico? No real inapreensível da vida na floresta? Lá, onde poderiam resistir à banalização dos clichês e modas do discurso universitário?

A criação do Laboratório de Interculturalidade como espaço movente e fluido de enovelamentos desdobráveis - lugar de experiência, uma espécie de oficina mambembe - nos remete a uma ideia preciosa para a Etnologia praticada na Amazônia: o modo indígena de fazer ciência é a “bricolagem”. O termo bricolagem vem servindo aos estudos literários desde que Lévi-Strauss o colocou nas Ciências Humanas, em 1969, para dizer do “Pensamento Selvagem” Mas, antes, a compreensão do romance por Bakhtin como espaço dialógico⁴, e a consequente abertura dos estudos literários à semanálise, levou a uma radicalização do conceito de texto como tecido, mosaico de citações⁵. A produção textual (escrita e leitura, por exemplo) como prática da letra em nada diferente do processo de composição nas artes visuais, cênicas ou tipográficas. Pensar assim nos leva a um *modus operandi* no LaBinter que é o de não estabelecermos hierarquias entre nós, nem quanto ao nível de escolaridade, nem filiação institucional, nem etnia, nem intensidade ou frequência da participação nas atividades. Queremos com isso enfatizar que cada pesquisador entra nesse espaço da UFAC como *bricoleur*, ou seja, alguém que traz suas próprias peças para uma arquitetura ou cenografia onde se encontram aleatórias ferramentas e informações, línguas e linguagens, recursos e expressões, que se deixarão imantar pelo que estamos chamando de “escola indígena”. Talvez se trate de uma academia, talvez se trate de uma festa, mas o certo é que diz do que está por vir na Universidade.

Buscando um possível chão em que o mundo indígena poderia se estender na UFAC, nas áreas afins aos estudos linguísticos e literários, verificamos que no corrente ano (2021), o elenco de disciplinas oferecidas nos cursos do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) é bastante promissor, no sentido desse alargamento da universidade no rumo das terras indígenas. O LaBinter poderia, caso a estrutura curricular definida pelos órgãos colegiados viesse a permitir, contribuir com o apoio ou desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão, envolvendo alunos e professores dos cursos de Letras.

Um panorama da atual inserção, nos programas curriculares dos cursos do CELA, de temas relativos aos povos indígenas, como culturas, línguas, literaturas, artes, sociedades, histórias do contato, cosmovisões, saberes tradicionais, dentre outros, partiria das seguintes perguntas: quantos alunos indígenas estão usufruindo hoje do ensino nas áreas Letras, Artes e Educação na UFAC?; qual o papel do único doutor em Linguística da etnia Huni Kuin, atualmente em estágio pós-doutoral no LaBinter, nos programas de

4 BAKHTIN (1981).

5 KRISTEVA (1969).

ensino, pesquisa e extensão do CELA?; quais obras de autoria indígena se encontram nas bibliotecas da UFAC e que lugar elas ocupam nas bibliografias dos cursos do CELA?; quais disciplinas do CELA e do PPGLI se relacionam diretamente com as línguas e/ou literaturas indígenas?

Em busca de respostas, observamos ligeiramente as ementas e programas de disciplinas oferecidas no CELA e no CEL – Centro de Educação e Letras do campus Cruzeiro do Sul⁶ :

CURSO	OBRIGATÓRIAS	OPTATIVAS
Licenciatura em Letras Espanhol		Línguas Indígenas do Brasil I (CELA 394) - “As línguas conhecidas no período colonial. As línguas atuais: distribuição e classificação. Métodos de trabalho de campo para o estudo indígena.” Línguas Indígenas II (CELA396)- “Estrutura de uma língua indígena: prática de análise fonológica e gramatical com dados de uma língua selecionada.”
Licenciatura em Letras Francês		Línguas indígenas do Brasil I (CELA 394) - “As línguas conhecidas no período colonial. As línguas atuais: distribuição e classificação. Métodos de trabalho de campo para o estudo indígena.” Línguas Indígenas do Brasil II (Cela 395)- “Estrutura de uma língua indígena: prática de análise fonológica e gramatical com dados de uma língua selecionada.”
Licenciatura em Letras Inglês		Oralidade e literatura oral (1321) - “Voz, gestos e performance. Literaturas orais nas Amazôniaas. Literatura oral, memória e mito.” Leitura e escrita nas escolas indígenas (1326) - “Culturas, saberes, línguas indígenas e a modalidade de escolarização em desenvolvimento nas comunidades indígenas.” Literatura Discurso e Diversidade na Amazônia (1331) - “Estudo de obras produzidas na e sobre a “Amazônia”, seus contextos de produção e formações discursivas. Construções identitárias sobre as “Amazônias””.

6 Cf. <https://portal.ufac.br/ementario/cursos.action;jsessionid=8413D464A3FF1FE82E07013EC4B3019E>

CURSO	OBRIGATORIAS	OPTATIVAS
Licenciatura em Letras Libras	Etnolinguística - Relações entre língua, cultura e sociedade. Usos da linguagem em diferentes padrões culturais. Relação da Sociolinguística com a Etnolinguística. Etnolinguística e Onomástica. As contribuições das línguas africanas e indígenas para a formação do português brasileiro. Africanismos e indigenismos. Contribuições da Etnolinguística para o ensino. Relações étnico-raciais e a questão racial na sala de aula.”	
Licenciatura em Letras Português	Etnolinguística (1251) - “Relação da Sociolinguística com a Etnolinguística. As contribuições das línguas africanas e indígenas para a formação do português brasileiro. Africanismos e indigenismos. Contribuições da Etnolinguística para o ensino. Relações étnico-raciais e a questão racial na sala de aula.” Mitologia na Literatura Pan-Amazônica (1278) - “Conceitos e tipos de mitos. Mito, Lenda e Literatura. Mitos da Pan-Amazônia: história, características, influência eurocêntrica, principais obras e autores.”	Literatura Indígena (CELA 1276)- “A criação literária de autoria indígena: narrativa, poesia, relatos e mitos de criação. A literatura indígena em processo. Autoria coletiva. Reafirmação política da literatura indígena. Literatura de temática indígena.” Línguas Indígenas I (1267) - “Panorama das línguas indígenas no Brasil: distribuição e classificação das famílias linguísticas. A situação das línguas indígenas no Brasil contemporâneo e no Acre. As contribuições das línguas indígenas no português brasileiro e a interface com o ensino.” Línguas Indígenas II (1268) - “Tipologias linguísticas. Método de trabalho de campo para o estudo de línguas indígenas. Práticas de análise linguística: fonológica, morfológica e sintática.”

CURSO	OBRIGATÓRIAS	OPTATIVAS
Licenciatura Indígena (CEL/CZS)	<p>Cosmologia (CEL025)- “A cosmologia presente na mitologia e na história oral das diferentes famílias linguísticas e sociedades indígenas. Rituais e celebrações artísticas, religiosas e socioculturais que as manifestem na atualidade. Sua observação e aplicação no cotidiano educacional e escolar indígena.”</p> <p>Práticas e intercâmbios linguísticos (CEL040) - “Experiências linguísticas dos acadêmicos. O uso das línguas nas terras indígenas. Intercâmbios linguísticos. Política linguística. Práticas de oralidade e escrita em língua indígena e portuguesa. Tecnologias de comunicação. Práticas de tradução.”</p> <p>Ciência e conhecimentos tradicionais (CEL010)- “História da ciência ocidental, seus pressupostos, aspectos filosóficos, antropológicos, econômicos e políticos. Conhecimento tradicional como ciência. Conhecer e pesquisar métodos científicos indígenas. Oralidade, escrita e ciência.”</p> <p>Ensino de línguas indígena e portuguesa (CEL016)- “Leitura e produção de textos em português e em língua indígena. Possibilidades de leitura e produção de textos. Da oralidade ao texto escrito.”</p> <p>Epistemologias indígenas (CEL023) - “Origem histórico-social dos sistemas filosóficos. Epistemologias dos povos indígenas e educação. Relação entre formas diversas de conhecimento e pedagogia. A escola como local de produção e reprodução da vida social, da cultura e do conhecimento. Construção e sistematização de conceitos, princípios e valores de uma sociedade.”</p>	<p>Mitologia (CEL070) - “As narrativas míticas como formuladoras de relações socioambientais e dos princípios cosmológicos e cosmogônicos. Modelo de ensinamento e entendimento. Mítica das sociedades indígenas rerepresentados no Curso. Estudo da representação mitológica em distintas sociedades e tradições culturais.”</p> <p>Literatura indígena (CEL078)- “Leitura e Análise de textos e publicações de autoria indígena.”</p> <p>Tópicos especiais em linguagem e arte (CEL080)</p> <p>“Conteúdo variado na área de Linguagem e Artes.”</p>

CURSO	OBRIGATÓRIAS	OPTATIVAS
<p>PPGLI Mestrado acadêmico em Letras: Linguagem e identidade:</p>	<p>Culturas, linguagens e sociedades amazônicas (LEM400) - "Linguagem, cultura e identidade: reflexões conceituais. Representações dos imaginários das Amazônias. Culturas, patrimônios, identidades e sociedades amazônicas e panamazônicas. Diversidade linguística, étnica e cultural nas Amazônias. Artes e culturas amazônicas. A questão da terra na Amazônia e Pan-Amazônia: uso, propriedade, posse, conflitos, modelos de desenvolvimento, biodiversidade e sustentabilidade. Natureza e cultura nas Amazônias."</p>	<p>Culturas e Literaturas na Pan-Amazônia (LEM210) - "Cultura, literatura, história e memória nas Amazônias. Literaturas, culturas orais e literatura oral. Teorias literárias e comparatismo. Trânsitos e tradições literárias na Pan-Amazônia: relações entre o local e o global." Etnolinguística (LEM280)- "Introdução ao estudo das relações entre língua e cultura. Os usos da linguagem em diferentes padrões culturais. A relação entre cultura, língua e etnia. Etnolinguística, oralidade, tradição oral e codificação linguística. Etnolinguística e educação linguística escolar. Linguística antropológica, Língua e cultura. A língua nos diferentes contextos culturais. Contatos entre línguas e sua atualização. As sociedades indígenas, quilombolas e de imigrantes e suas línguas e culturas. Multilinguismo e bilinguismo"</p> <p>Leitura e escrita em sociedades indígenas (LEM300) - "Pluralidade cultural, linguística e étnica nas Amazônias. A especificidade da educação escolar e do professor indígena. Leitura e escrita em sociedades de tradição oral: a autonomia escolar e o protagonismo dos indígenas na construção de seus currículos. Interculturalidade, transculturalidade, diferença e educação escolar indígena." Introdução às línguas indígenas brasileiras (LEM390) - "Panorama histórico-social das línguas indígenas faladas no Brasil: classificação e distribuição no território brasileiro. Situação de contato das línguas indígenas brasileiras com o português. Métodos de trabalho de campo para o estudo das línguas indígenas brasileiras. Características sociolinguísticas e tipológicas das línguas indígenas brasileiras." Tradução Cultural e Estudos Pós-coloniais (LEM380) - "Estudos de tradução cultural. Crítica literária e estudos subalternos e pós-coloniais. Colonialidade da tradução. Tradução e decolonialidade. Práticas de leitura e tradução. Tradução cultural: uma impossibilidade ou uma transcrição do outro (e de si). A tradução poética."</p>

CURSO	OBRIGATÓRIAS	OPTATIVAS
Doutorado em Letras: Linguagem e Identidade	<p>Culturas, linguagens e sociedades Amazônicas (LEM400) - “Linguagem, cultura e identidade: reflexões conceituais. Representações dos imaginários das Amazônias. Culturas, patrimônios, identidades e sociedades amazônicas e panamazônicas. Diversidade linguística, étnica e cultural nas Amazônias. Artes e culturas amazônicas. A questão da terra na Amazônia e Pan-Amazônia: uso, propriedade, posse, conflitos, modelos de desenvolvimento, biodiversidade e sustentabilidade. Natureza e cultura nas Amazônias.”</p>	<p>Culturas e Literaturas na Pan-Amazônia (LEM210) - “Cultura, literatura, história e memória nas Amazônias. Literaturas, culturas orais e literatura oral. Teorias literárias e comparatismo. Trânsitos e tradições literárias na Pan-Amazônia: relações entre o local e o global.”</p> <p>Etnolinguística (LEM 280) - “Introdução ao estudo das relações entre língua e cultura. Os usos da linguagem em diferentes padrões culturais. A relação entre cultura, língua e etnia. Etnolinguística, oralidade, tradição oral e codificação linguística. Etnolinguística e educação linguística escolar. Linguística antropológica, Língua e cultura. A língua nos diferentes contextos culturais. Contatos entre línguas e sua atualização. As sociedades indígenas, quilombolas e de imigrantes e suas línguas e culturas. Multilinguismo e bilinguismo”</p> <p>Leitura e escrita em sociedades indígenas (LEM300) - “Pluralidade cultural, linguística e étnica nas Amazônias. A especificidade da educação escolar e do professor indígena. Leitura e escrita em sociedades de tradição oral: a autonomia escolar e o protagonismo dos indígenas na construção de seus currículos. Interculturalidade, transculturalidade, diferença e educação escolar indígena”</p>

CURSO	OBRIGATÓRIAS	OPTATIVAS
		<p>Linguagem fronteira e interculturalidade (LEM310) - “Movimentos sociais (indígenas, afrodescendentes e outros grupos étnicos) nas fronteiras amazônicas e pan-amazônicas. Trânsitos culturais e linguísticos e transformações sociais nas Amazônias. Identidade, alteridade e fronteiras culturais. Cultura, natureza e conexões de artes e saberes em cidades e florestas amazônicas. Crítica da modernidade e da pós-modernidade. Mediações culturais e estudos decoloniais. Fronteiras interculturais na América Latina.”</p> <p>Introdução às línguas indígenas brasileiras (LEM390) - “Panorama histórico-social das línguas indígenas faladas no Brasil: classificação e distribuição no território brasileiro. Situação de contato das línguas indígenas brasileiras com o português. Métodos de trabalho de campo para o estudo das línguas indígenas brasileiras. Características sociolinguísticas e tipológicas das línguas indígenas brasileiras.”</p> <p>Tradução Cultural e estudos pós-coloniais (LEM380) - “Estudos de tradução cultural. Crítica literária e estudos subalternos e pós-coloniais. Colonialidade da tradução. Tradução e decolonialidade. Práticas de leitura e tradução. Tradução cultural: uma impossibilidade ou uma transcriação do outro (e de si). A tradução poética.”</p>

Este quadro da situação curricular dos cursos de Letras e afins na UFAC, no que tange a sua relação direta ou indireta com culturas e línguas indígenas, demonstra que há um esforço de aproximação, abrindo possibilidades de abordagem e ampliação dos campos de pesquisa, e de multiplicação dos objetos. No entanto, em termos de inserção efetiva das culturas e línguas dos grupos étnicos e linguísticos que vivem no Acre, através da presença de seus sujeitos, os cursos oferecidos pela UFAC ainda não se deixaram absorver pelas possibilidades de transformação epistemológica que representaria esta simples concretude da diferença.

Mas como em todo processo político-pedagógico, as sucessivas negociações, o diálogo e o tempo são os elementos que tornarão possível a realização da universidade sonhada - escola, com seus mestres e discípulos, lugar onde se vislumbra o comum, o que poderá ser lido, uma comunidade. Nesse sentido, a escola indígena é um método, cujas marcas são o atrito e a diferença, que por isso se escreve. E esta breve exposição de princípios que constitui o presente ensaio, esperamos que sirva de registro da existência de um projeto coletivo nascido na UFAC - o LaBinter - como um gesto de aproximação da

universidade com os povos indígenas do Acre, no sonho de uma comunidade textual, que se forma a partir da leitura. E que, no fim, seja a festa que só se pode viver em presença.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. São Paulo: Forense, 1981.

LACAN, Jacques. **O seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise (1969 - 1970)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1969.